



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL D
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

E essa tal diversidade?

1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.

6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também
10 Desigual.

11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de
14 propósitos.

15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,
19 tal como já ocorre em alguns países.

20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*
22 *todos e todos por um*.

23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.

27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.

30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.

33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.

39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.

42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)

- (A) intolerância ao diferente.
- (B) aceitação do individualismo.
- (C) esboroamento da civilidade.
- (D) exaltação da desigualdade.
- (E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
 - (B) indicar o início de um pensamento novo.
 - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
 - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
 - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
 - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
 - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
 - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
 - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
 - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
 - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
 - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
 - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
 - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
 - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
 - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
 - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
 - (B) superficiais.
 - (C) verdadeiras.
 - (D) coletivas.
 - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
 - (B) aquele que liberta.
 - (C) aquele que mata.
 - (D) aquele que participa.
 - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
 - (B) religiosidade.
 - (C) responsabilidade.
 - (D) coletividade.
 - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
 - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
 - (C) preservar o respeito à individualidade.
 - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
 - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
 - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
 - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
 - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
 - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
 - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
 - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
 - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
 - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
 - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
 - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.



- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.



- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GES PÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
 - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
 - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
 - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
 - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
 - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
 - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
 - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Um alternador síncrono de 8 polos para produzir tensão alternada de 60HZ deve ser acionado por máquina primária que deve girar à velocidade de
- (A) 1200 rpm.
 - (B) 1800 rpm.
 - (C) 900 rpm.
 - (D) 1000 rpm.
 - (E) 3600 rpm.
- 22 Um circuito é constituído de duas resistências em paralelo $R_1=10 \Omega$ e $R_2=40 \Omega$. A resistência equivalente deste circuito é
- (A) 10 Ω .
 - (B) 50 Ω .
 - (C) 30 Ω .
 - (D) 12 Ω .
 - (E) 8 Ω .
- 23 Um motor de indução trifásico de seis polos, tensão nominal 760V, tem uma corrente de partida direta de 1200A, à tensão nominal. Uma chave Soft – Starter é utilizada para acionar este motor. Quando a chave é programada para alimentar o motor com 380V na partida, a corrente de linha nesse instante deverá ser
- (A) 300A.
 - (B) 1200A.
 - (C) 250A.
 - (D) 600A.
 - (E) 2400A.
- 24 Uma fonte senoidal $v = 300 \text{ sen } 377 t$ V alimenta um circuito resistivo em que a resistência vale 10 ohms. A corrente eficaz na fonte é
- (A) $15 \sqrt{2}$ A.
 - (B) $30 \sqrt{2}$ A.
 - (C) 42 A.
 - (D) $10 \sqrt{2}$ A.
 - (E) 24 A.
- 25 Um capacitor sem perdas solicita uma corrente de 2A eficaz quando ligado a uma fonte que fornece tensão senoidal eficaz de $50/3\pi$ kV e frequência de 60 HZ. A capacitância deste capacitor é
- (A) 5 μF .
 - (B) 1 μF .
 - (C) 2 μF .
 - (D) 3 μF .
 - (E) 4 μF .
- 26 Um circuito R-L paralelo solicita uma corrente eficaz total de 10A e uma corrente de 0,50A eficaz no ramo da indutância quando ligado a uma fonte de tensão senoidal de 60π V eficaz e frequência de 60HZ. A indutância L do circuito é
- (A) 0,5H.
 - (B) 4H.
 - (C) 1H.
 - (D) 2H.
 - (E) 3H.

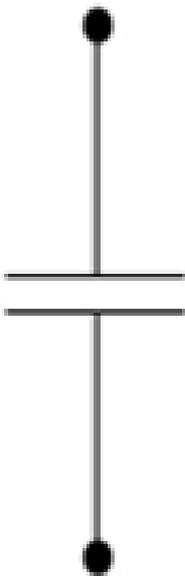


27 Observe a figura abaixo.



O equipamento mostrado na figura acima chama-se Potenciômetro. Este equipamento é muito utilizado nos circuitos eletro-eletrônicos. O símbolo mais adequado para representar este equipamento é o apresentado na alternativa

(A)



(C)



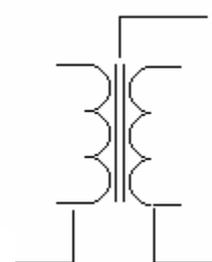
(D)



(B)



(E)

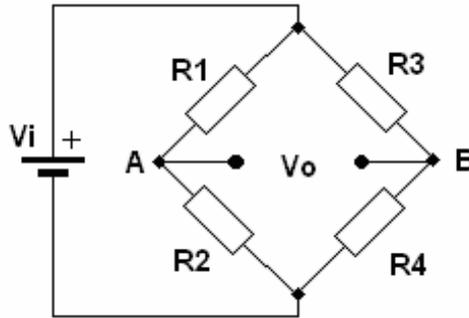


28 A reatância de um capacitor de $100\mu\text{F}$ quando este funciona em uma rede senoidal de tensão com frequência de $10/\pi$ KHZ é

- (A) $1,50 \Omega$.
- (B) $5,32 \Omega$.
- (C) $2,50 \Omega$.
- (D) $0,50 \Omega$.
- (E) $3,20 \Omega$.



29 Observe a figura abaixo.



Considere o circuito acima, em que os valores das resistências $R_1 = 20\Omega$, $R_2 = 30\Omega$ e $R_3=R_4 = 50\Omega$. O valor da tensão V_i é ajustado para 500V. O valor do módulo da tensão V_o é

- (A) 0V.
- (B) 200V.
- (C) 300V.
- (D) 50V.
- (E) 500V.

30 O motor elétrico de uma bateadeira de bolo possui potência nominal de 3HP, fator de potência de 0,90, e rendimento de 90%, tensão nominal monofásica de 120V. Sabendo que 1HP= 746W, a corrente nominal de carga deverá ser

- (A) 13,29A.
- (B) 18,65A.
- (C) 10,77A.
- (D) 12,8A.
- (E) 23,02A.

31 Uma residência possui o seguinte sistema elétrico: cinco lâmpadas de 100W durante 50 horas por mês, um ar-condicionado de 1,2kW durante 240 horas por mês, um televisor colorido de 250W durante 180 horas por mês, e um refrigerador de 300W durante 120 horas por mês. Considerando-se que a energia elétrica custa R\$0,50 por quilowatt-hora, a conta de luz em Reais, durante um mês, será de

- (A) R\$ 319,00.
- (B) R\$ 231,00.
- (C) R\$ 197,00.
- (D) R\$ 299,00.
- (E) R\$ 239,00.

32 A função principal dos relés de sobrecarga utilizados nas chaves magnéticas em circuitos que alimentam motores elétricos é proteger o equipamento contra

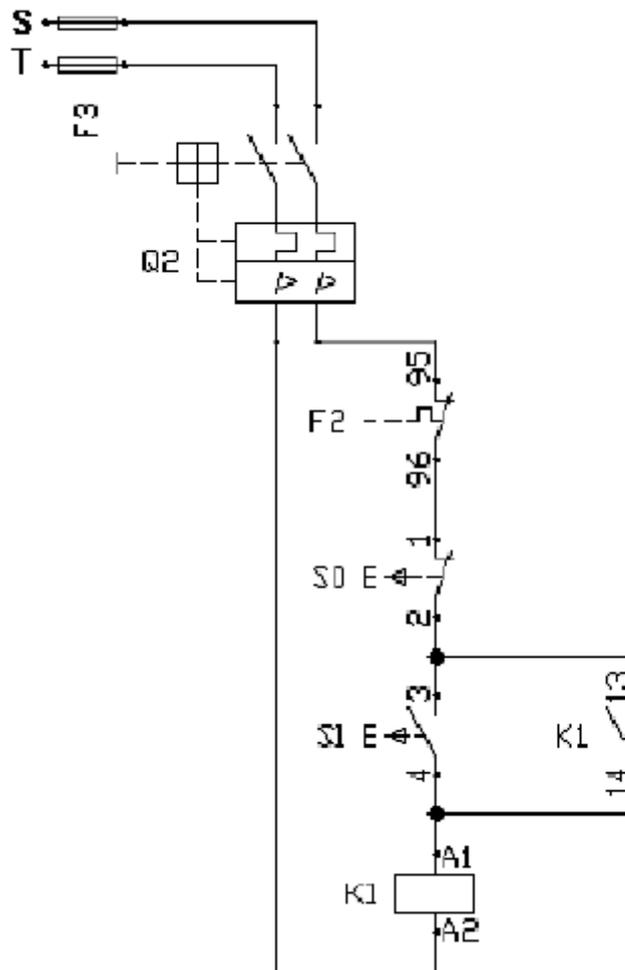
- (A) sobretensão.
- (B) sobrecorrente.
- (C) falta de tensão.
- (D) correntes de fuga para terra.
- (E) subtensão.

33 Segundo a norma técnica NBR-5410 da ABNT - "Em qualquer ponto de utilização da instalação, onde os equipamentos do consumidor tem valores nominais de tensão iguais aos nominais do sistema, a queda de tensão verificada não deve ser superior aos seguintes valores, dados em relação ao valor da tensão nominal da instalação". Esses valores correspondem a

- (A) 4%, calculados a partir dos terminais secundários do transformador MT/BT, no caso de transformador de propriedade da unidade consumidora.
- (B) 4%, calculados a partir dos terminais secundários do transformador MT/BT da empresa distribuidora de eletricidade.
- (C) 7%, calculados a partir do ponto de entrega, com fornecimento em tensão secundária de distribuição.
- (D) 5%, calculados a partir dos terminais de saída do gerador, no caso de grupo gerador próprio.
- (E) 7%, calculados a partir dos terminais de saída do gerador, no caso de grupo gerador próprio.



34 O esquema de comando de uma chave magnética é mostrado na figura abaixo.



Nesse esquema, o componente da chave magnética que representa o contato normalmente aberto é apresentado na alternativa

- (A) S1 com terminais 4 e 3.
- (B) K1 com terminais A1 e A2.
- (C) K1 com terminais 13 e 14.
- (D) F2 com terminais 95 e 96.
- (E) SO com terminais 1 e 2.

35 Quanto às máquinas de corrente contínua tipo shunt, é correto afirmar:

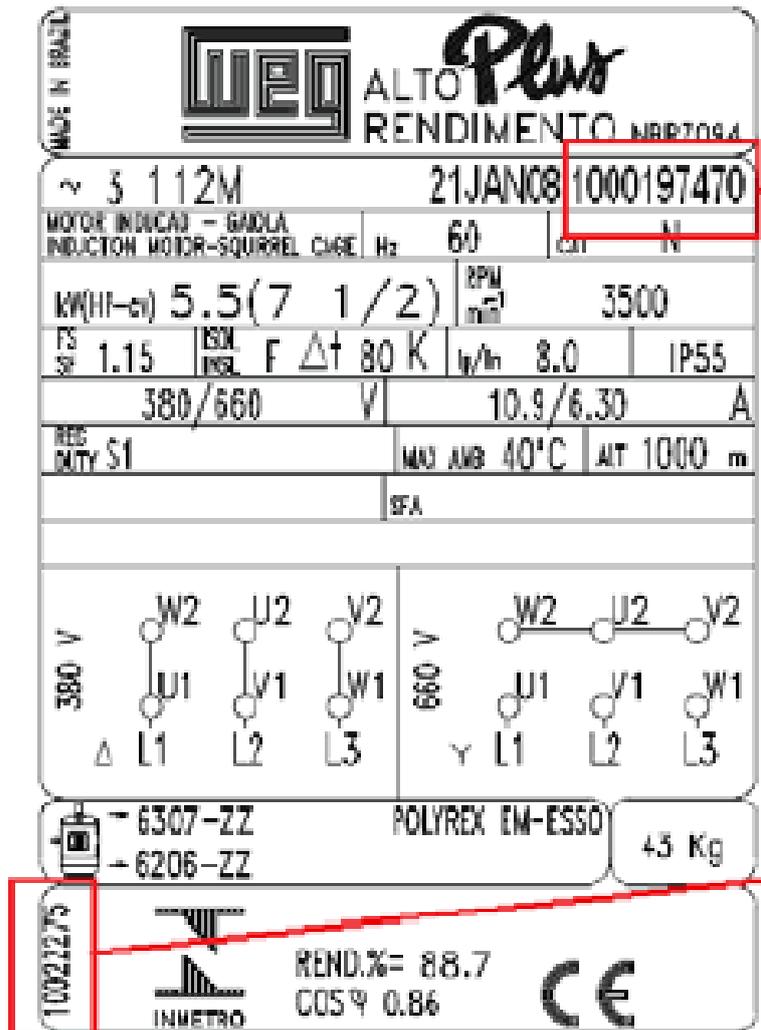
- (A) A tensão no bobinamento de armadura é igual à tensão da bobina de campo.
- (B) A resistência elétrica do bobinamento de armadura é muito maior que a resistência da bobina de campo.
- (C) A potência elétrica desenvolvida no bobinamento de armadura é a mesma da bobina de campo.
- (D) A corrente elétrica no bobinamento de armadura é a mesma da corrente da bobina de campo.
- (E) São máquinas que não podem operar sem carga porque podem disparar sua velocidade (aumentar a velocidade perigosamente).

36 De acordo com a norma técnica NBR-5410 da ABNT, em instalações elétricas fixas, quando se usam condutores e cabos de alumínio isolados para os circuitos de iluminação, a seção mínima que se deve usar é

- (A) 6 mm².
- (B) 16mm².
- (C) 2,5mm².
- (D) 4mm².
- (E) 10mm².



37 Observe a figura abaixo.



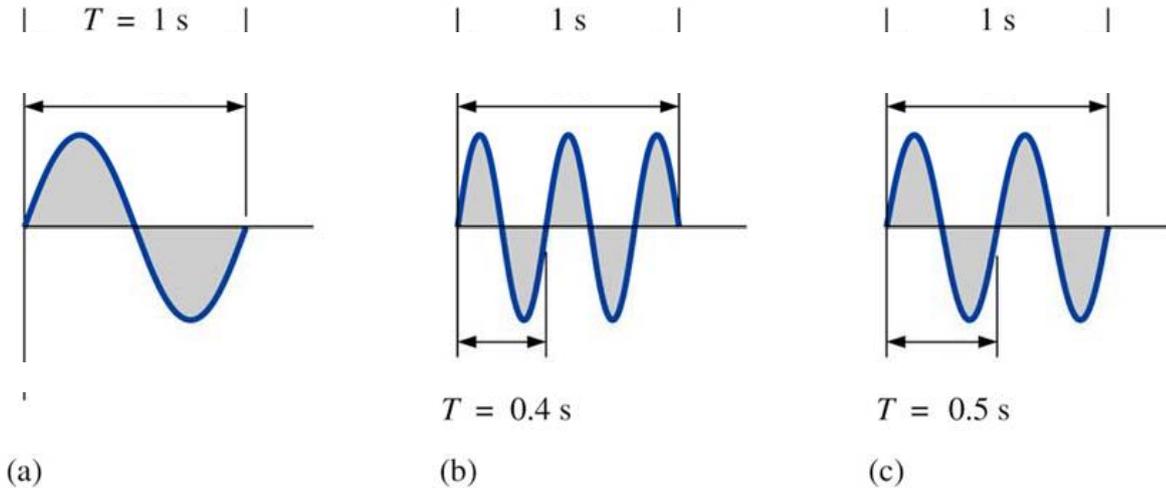
Um motor elétrico trifásico, cuja placa de identificação é mostrada na figura acima, aciona uma empilhadeira e opera em uma rede elétrica com tensão e frequência nominais. A potência em kW absorvida da rede quando a carga mecânica solicita capacidade nominal do motor é

- (A) 6,20 kW.
- (B) 5,50 kW.
- (C) 10,9 kW.
- (D) 8,00 kW.
- (E) 11,5 kW.

38 Conforme a NBR-5410, "Os materiais dos eletrodos de aterramento e as dimensões desses materiais devem ser selecionados de modo a resistir à corrosão e apresentar resistência mecânica adequada". Sob o ponto de vista destes requisitos, uma haste de aço de seção circular usada como eletrodo de aterramento, de três metros de comprimento, revestida com capa de cobre, deverá possuir diâmetro mínimo e espessura média do revestimento da capa de cobre, respectivamente, de

- (A) 25mm e 2000µm.
- (B) 15mm e 254µm.
- (C) 32mm e 2000µm.
- (D) 15mm e 2000µm.
- (E) 25mm e 254µm.

39 Considere os sinais de tensões mostrados nos itens a, b, e c a seguir.



As frequências desses sinais na sequência a, b e c são

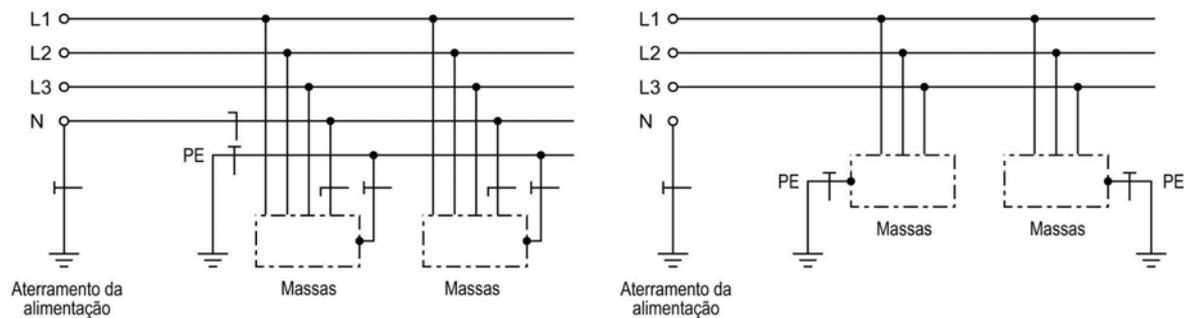
- (A) 0,5 HZ, 1 Hz, 2 HZ.
- (B) 4 HZ, 0,5 HZ, 1 HZ.
- (C) 1 HZ, 2,5 HZ, 2 HZ.
- (D) 2 HZ, 2,5 HZ, 2 HZ.
- (E) 1 HZ, 2 HZ, 2,5 HZ.

40 A resistência elétrica a 20° C de uma torre de alumínio de 20 metros de altura e seção reta 1000mmx1000mm é

Considere a resistividade elétrica $\rho_{al} = 0,0000000283 \Omega.m$.

- (A) 0,283 $\mu\Omega$.
- (B) 0,566 $\mu\Omega$.
- (C) 1,132 $\mu\Omega$.
- (D) 0,425 $\mu\Omega$.
- (E) 0,141 $\mu\Omega$.

41 Observe a figura abaixo.



Considerando-se a norma técnica NBR-5410 da ABNT, os esquemas de aterramentos mostrados na figura da referida norma são designados corretamente pela alternativa

- (A) IT.
- (B) TN.
- (C) TN-C.
- (D) TT.
- (E) TN-C-S.

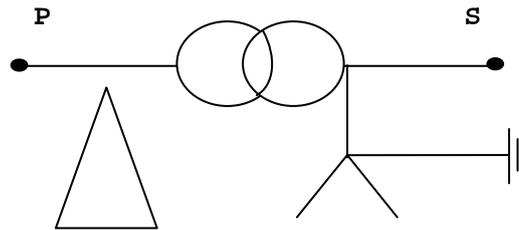


4.2 Um quadro de distribuição de circuitos de baixa tensão, atende a circuitos de iluminação e tomadas de uma edificação num total de 60 circuitos. Sabendo que neste quadro deve ser previsto espaço de reserva para ampliações futuras, a reserva mínima de circuitos do quadro é

- (A) 9 circuitos.
- (B) 3 circuitos.
- (C) 10 circuitos.
- (D) 8 circuitos.
- (E) 6 circuitos.

4.3 O equipamento elétrico designado por transformador trifásico tem o seu esquema de ligação mostrado abaixo.

Nesse esquema, **P** é o primário e **S** é o secundário.



Considerando-se que a tensão do primário é 69000V e a tensão de fase do secundário é 7.968V, as tensões de linha para o primário e para o secundário são, respectivamente,

- (A) 69.000V / 7.968V.
- (B) 69.000V / 13.800V.
- (C) 7.968V / 7.968V.
- (D) 69.000V / 69.000V.
- (E) 39.838V / 13.800V.

4.4 Observe a tabela abaixo.

Material	Resistividade ($\Omega \cdot m$ a 20°C)	Material	Resistividade ($\Omega \cdot m$ a 20°C)
Prata	$1,64 \times 10^{-8}$	Nicromo	100×10^{-8}
Cobre recozido	$1,72 \times 10^{-8}$	Silício	2500
Alumínio	$2,83 \times 10^{-8}$	Papel	10^{10}
Ferro	$12,3 \times 10^{-8}$	Mica	5×10^{11}
Constantana	49×10^{-8}	Quartzo	10^{17}

A tabela mostra as resistividades de alguns materiais a 20°C. Considerando-se os materiais listados, o melhor material para construção de semicondutores é o(a)

- (A) Prata.
- (B) Nicromo.
- (C) Quartzo.
- (D) Silício.
- (E) Mica.

4.5 Os resistores são os componentes mais utilizados nos circuitos eletrônicos. Uma das suas características é a Tolerância. Um resistor de 100k Ω tem tolerância de 5%. Portanto o valor real da resistência elétrica desse componente está na faixa indicada na alternativa

- (A) 95k Ω a 105k Ω .
- (B) 90k Ω a 100k Ω .
- (C) 95k Ω a 100k Ω .
- (D) 100k Ω a 105k Ω .
- (E) 90k Ω a 110k Ω .



- 46 Um transformador monofásico considerado ideal, de 10 kVA-6000V/220V, alimenta uma carga de 6 kVA com 220V. A corrente elétrica do lado da alimentação do transformador é
- (A) 1,67A.
 - (B) 0,58A.
 - (C) 1,96A.
 - (D) 1,28A.
 - (E) 1,00A.
- 47 Um gerador monofásico de 3kVA/220V tem reatância transitória de $0,05\Omega$ e resistência de armadura desprezível. Quando ocorre um curto-circuito nos terminais do gerador, o valor da corrente de curto-circuito é
- (A) 1.100A.
 - (B) 2.200A.
 - (C) 4.400A.
 - (D) 3.300A.
 - (E) 6.000A.
- 48 Um motor elétrico monofásico solicita corrente eficaz de 20A e fator de potência indutivo de 0,8, quando ligado a uma rede de 220V. A potência em kVAR do capacitor em paralelo para que o fator de potência na rede seja unitário é
- (A) 4,40 kVAR.
 - (B) 2,64 kVAR.
 - (C) 3,52 kVAR.
 - (D) 2,03 kVAR.
 - (E) 6,64 kVAR.
- 49 Um circuito série ressonante é montado com uma resistência de $0,5\Omega$, uma indutância de $50/\pi \mu\text{H}$ e um capacitor de $1/(2\pi) \mu\text{F}$. Quando este circuito é ligado a uma fonte senoidal, o seu fator de qualidade é
- (A) 10.
 - (B) 30.
 - (C) 20.
 - (D) 40.
 - (E) 50.
- 50 Os diodos são componentes bastante utilizados nos circuitos elétricos. Um diodo de fabricação Semikron de referência SKB 25/06 tem a sua especificação de tensão reversa e corrente direta corretamente apresentada na alternativa
- (A) 25A – 600V.
 - (B) 25A – 60V.
 - (C) 25A – 6V.
 - (D) 25V – 6A.
 - (E) 25V – 60A.